

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Queremos, em nome desta Casa, saudar todos do SindSaúde, do Hospital de Caridade, presentes nesta Casa, fazendo a sua manifestação com relação à greve.

Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-tarde a todos que acompanham esta sessão, aos srs. deputados, as sras. deputadas, aos trabalhadores do imperial Hospital de Caridade, os quais estão aqui se manifestando e reivindicando melhores condições de trabalho. Portanto, quero manifestar

a nossa solidariedade e apoio a essa luta importante, digna e justa.

Nos últimos dias tenho tratado, nesta Casa, sobre sérios conflitos pelos quais passa o nosso estado. Entre eles destaco a violência doméstica, o baixo salário dos professores, a péssima situação das escolas estaduais. E, hoje, falo de mais uma situação que tem tirado o sono de muitos catarinenses, especialmente dos nossos oestinos, trata-se dos alarmantes índices de criminalidade e homicídio que nossas cidades têm enfrentado. E cito, neste momento, a cidade de Chapecó que até ontem registrou 15 homicídios e um sequestro relâmpago, atingindo a média de uma morte a cada três dias.

Também recebemos denúncias da mesma situação em Nova Erechim, Pinhalzinho, Seara, Guatambu, Caxambu do Sul e em outros municípios da região onde a população não sabe mais a quem recorrer, pois está amedrontada com os crimes que não têm horário para acontecer.

Não há outra saída, se não cobrarmos do governo do estado algo que não seja apenas emergencial, mas, sim, o efetivo combate à criminalidade para garantir a segurança a toda população. Precisamos, nesse sentido, antes de tudo, reestruturar a segurança pública no oeste catarinense e aumentar o efetivo de policiais ou entregar novas viaturas, ações necessárias, mas que isoladas não conseguem reduzir o alto índice de violência na nossa região.

Diante dessa dura realidade protocolamos, com entrada no dia de hoje, nesta Casa, um projeto de lei que cria três novas guarnições especiais para o oeste catarinense, atendendo aos municípios que hoje integram a quarta região da Polícia Militar. Essas guarnições devem ser compostas pelo efetivo de no mínimo 100 policiais, comandadas por tenente-coronel ou major voltados nos respectivos municípios.

Uma das guarnições deve ser instalada na grande Efapi, em Chapecó, uma das regiões da cidade que mais cresce; de acordo com o Censo de 2010 contava com 26 mil habitantes. Hoje, estima-

se, que cerca de 40 mil pessoas residem naquela região.

Mas o que justifica uma guarnição especial para atender à alta demanda de ocorrências registradas? A guarnição, para que vocês entendam, tem um novo caráter de um novo batalhão da Polícia Militar.

Outra guarnição deverá ser instalada no município de Xanxerê, visando à reestruturação daquela região que agrega grandes áreas territoriais e uma população de aproximadamente 120 mil habitantes, nos três municípios de abrangência.

A terceira guarnição especial deverá ser instalada no município de São Lourenço do Oeste que é a porta de entrada do Paraná e de outros estados. Por ser também próxima à divisa de outros países que representam ainda maior fluxo de entrada de visitantes e também de criminosos que encontram ali um fácil acesso ao nosso estado, diante da segurança frágil.

Essa estrutura deve atender em São Lourenço do Oeste a dez municípios. A proposta para a implantação dessas guarnições se dá em razão da restrição, da instalação de batalhões companhias e pelotões em regiões que abriguem respectivamente menos de 200 mil habitantes.

Então como vocês podem observar no mapa, hoje 41 municípios da nossa região oeste, deputado Reno Caramori, têm apenas um batalhão da Polícia Militar.

Por isso, queremos uma modificação nessa reestruturação, passando a ter, além do batalhão de Chapecó, que agregava até então 41 municípios, mais o batalhão de Xanxerê, que passa a chamar isso de guarnição especial, e a guarnição especial de São Lourenço do Oeste.

É claro que olhando para esse mapa percebemos que passa a existir uma reorganização do número de municípios, do tamanho territorial.

Por que é que estamos apresentando uma melhor estrutura e reorganização da segurança pública no oeste? Em primeiro lugar, como falei, é pelos índices de violência; em segundo lugar, porque os

estudos mostram o desamparo que a região oeste tem enfrentado, uma vez que o único batalhão chega a atender a mais de 40 municípios numa área de fronteira e de grande extensão territorial, o que faz com que os índices de violência e insegurança da população disparem.

Chapecó é a cidade hoje com o maior índice de violência e homicídios do estado de Santa Catarina.

Como exemplo de outras cidades de outras regiões, quero destacar o 2º Batalhão de Polícia Militar, de Chapecó, com 41 municípios, que agrega 407 mil habitantes.

Para termos ideia desses 41, prestem bem atenção, são 41 municípios, e 25 deles contam com apenas três ou quatro policiais. O que significa que na metade do mês todos os meses do ano a população não tem um policial 24 horas por dia. Em alguns horários, nesses municípios, não tem nenhum policial, porque tem que ser feita uma escala. Então, temos uma situação de extrema insegurança e fragilidade.

Esses municípios que possuem três policiais, quatro policiais, teriam uma condição maior nessa estruturação. Em contraponto a essa situação, fazendo uma análise do conjunto do estado, das demais regiões, temos em média, prestem bem atenção, um batalhão de Polícia Militar para cada 15 municípios, concentrando um grande número de batalhões e guarnições especiais na região leste, sul e norte do estado de Santa Catarina, chegando a ter no sul um município, dois municípios com dois batalhões, enquanto em Chapecó, com 41 municípios, somente um batalhão da Polícia Militar, deputado Dirceu Dresch.

Quero citar outro exemplo. Temos o 27º Batalhão de São Francisco do Sul que atende a cinco municípios na região norte, com uma população de 105 mil habitantes; o 23º Batalhão de São Bento do Sul, apenas três municípios, com pouco mais de 126 mil habitantes; o 29º Batalhão de Araranguá, 15 municípios e 180 mil habitantes; e outros três municípios com 78 mil habitantes são atendidos pelo batalhão de Biguaçu.

Não estamos querendo dizer que essas regiões não merecem batalhões, segurança pública, guarnição, deputado Sandro Silva, o que está conquistado é lei, é garantia. Agora, por que no oeste temos essa discriminação tão gritante, onde estão acontecendo vários e vários assassinatos e homicídios?

Então, queremos reivindicar a partir desse estudo e projeto de lei que o estado de Santa Catarina garanta uma reconfiguração, uma reestruturação da segurança pública no nosso estado. Queremos garantir que o oeste de Santa Catarina tenha o mesmo direito e tratamento que outras regiões do estado.

É claro, se fizermos um estudo com relação à grande Florianópolis, ao vale, ao norte e ao sul do estado, todos estarão reivindicando mais segurança pública, nós sabemos disso, mas estamos numa situação muito desigual, temos em algumas regiões 41 municípios, um batalhão e meio milhão de habitantes.

Esse nosso projeto tem o objetivo de fazer esse desafio. Existe uma campanha muito bem feita, em Chapecó, pelas entidades empresariais, sendo que no dia 25 de fevereiro a cidade inteira vai parar, chamando atenção para vários assuntos da segurança pública, mas queremos o apoio da sociedade e dos deputados.

Mais uma vez parabéns pela luta dos trabalhadores da saúde.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, especialmente os trabalhadores do serviço de saúde do estado, quero dizer a vocês que ano passado discutimos um projeto do novo teto salarial de um

grupo de servidores estaduais e ocupamos por várias vezes esta tribuna.

Na ocasião, dizíamos o seguinte: não somos contra alguém receber um bom salário, como, no caso, o teto do Tribunal de Justiça que é em torno de R\$ 26 mil por mês. O problema é que se paga para alguns R\$ 26 mil e para outros não se tem o mínimo de dignidade para pagar, como é o caso dos trabalhadores da área da Saúde do nosso estado.

Eu estou sempre junto nessa luta, como deputado, como sindicalista, e quero empenhar o nosso compromisso em ajudar nessa luta e cobrar do governador se não foi um dos temas centrais da sua campanha eleitoral a Saúde. Ele dizia que a primeiro, a segundo e a terceira prioridade seriam a Saúde, mas infelizmente hoje não enxergamos isso na prática nos nossos hospitais e serviços públicos do estado.

Então, parabéns pela luta, pela organização e pela coragem, pois não é fácil um pai ou uma mãe de família parar de trabalhar. Ninguém gosta de fazer isso. Já participei de muitas mobilizações, de muitas lutas na minha vida, e ninguém gosta de fazer isso. Mas quando somos obrigados, quando não há mais jeito, não acertam as negociações, temos que fazer isso mesmo. É um direito que os servidores públicos do país conquistaram na Constituição de 1988.

A população catarinense precisa de atendimento, mas não a qualquer custo. Com certeza o povo compreenderá a luta de vocês!

Quero cumprimentar os nossos vereadores de Passo de Torres, o André Cardoso, o André Porto e o nosso companheiro de partido Jonas, pelo empenho na luta pelos pescadores e pelo próprio município, inclusive junto como prefeito municipal e toda comunidade organizada para discutir o desassoreamento do rio Mampituba, uma das grandes entradas do pescado daquela região e do município de Passo de Torres.

Sessenta por cento da receita daquele município vem da pesca, e estamos com um problema muito sério, porque as embarcações não conseguem mais entrar para descarregar os peixes. São em

torno de 50 embarcações no município, o segundo maior porto de pesca do estado de Santa Catarina, portanto, um porto muito importante.

Já fizemos audiência pública naquele município e nesta Casa também com o ex-presidente Joares Ponticelli. O nosso colega deputado José Milton Scheffer tem participado ativamente dessa luta. E hoje de manhã estivemos com o secretário da Agricultura discutindo sobre recursos.

A prefeitura conseguiu a draga e agora estamos buscando recursos para fazer o trabalho de desassoreamento do rio.

Então, esperamos que de fato o secretário da Agricultura assuma o compromisso de fazer o convênio de R\$ 150 mil para ajudar aquele município a continuar se desenvolvendo, especialmente para ajudar os pescadores e suas famílias que vivem dessa atividade, pois a maior receita vem da pesca.

Quero, então, reconhecer o empenho, essa luta e essa caminhada. Esperamos que agora tudo dê certo, pois já temos a draga, há o compromisso do secretário de viabilizar os recursos e precisamos viabilizar rapidamente a licença ambiental, principalmente neste momento polêmico quando a própria Fatma continua em greve. Então, vamos acompanhar de perto essa luta, essa caminhada do nosso município de Passo de Torres.

Quero também falar sobre passos importantes que temos dado nos últimos dias. E quero aqui valorizar e comemorar uma grande conquista que tivemos, pois já foi anunciada oficialmente a assinatura do repasse para a obra da BR-280, a ligação de Porto União. Por muito tempo essa rodovia era federal, voltou para o estado e agora nesses últimos anos estava abandonada, inclusive houve muitas mobilizações, especialmente no município de Irinópolis e Porto União. Fecharam a BR por um dia para federalizar a rodovia e agora está federalizada. Já temos um investimento muito importante em torno de R\$ 36 milhões para a recuperação daquela rodovia.

Então, participamos ativamente. Não consegui estar lá na última segunda-feira por outros

compromissos, outras atividades, mas estive sempre lutando, sempre empenhado. Fizemos aqui muitas indicações, requerimentos endereçados ao governo do estado e ao secretário Cobalchini, solicitando a realização do projeto de repasse dessa estrutura, dessa rodovia, para o governo federal cuidar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Realmente foi um grande evento em Porto União, onde nós, da Assembleia Legislativa, aprovamos um projeto de lei federalizando a BR-280, entre Canoinhas e Porto União.

A ministra Ideli Salvatti estava presente, o governador Raimundo Colombo, deputados estaduais e federais estavam também presentes, numa grande solenidade.

É importante dizer que essa rodovia, para ser construída, foi estadualizada e, agora, para a sua manutenção, foi federalizada. É a primeira federalização na história de Santa Catarina, a primeira rodovia a ser federalizada.

Parabéns, deputado, sem dúvida nenhuma é uma grande conquista para o planalto norte.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado.

Além dessa parte que foi conquistada agora, já com investimentos na recuperação, nós temos mais outra grande tarefa, que é federalizar a rodovia 163, para ligar São Miguel d'Oeste a Itapiranga. É outra luta daquela região do extremo oeste que nós vamos estar sempre acompanhando de perto.

Por último, também quero destacar que no dia 20 de dezembro passou a vigorar um decreto. Tivemos uma lei apresentada por mim e pela deputada Luciane Carminatti, que isenta de ICMS a nossa pequena agroindústria familiar, quando ela entrega produtos para a alimentação escolar e para o programa de aquisição de alimentos do governo federal.

Foram praticamente três anos de luta, de mobilização. Junto estiveram organizações da

agricultura familiar e finalmente a equipe da secretaria da Fazenda, o governador Raimundo Colombo, reconheceu a importância dessas pequenas unidades que geram emprego, geram renda e mantêm a nossa agricultura familiar produzindo no meio rural.

Então, é mais um passo importante esse decreto que sai no dia 20 de dezembro e passa a vigorar. Algumas justificativas ainda precisam ser melhoradas no decreto, mas ele já vigora. Então, é mais uma conquista da nossa agricultura familiar, neste Ano Internacional da Agricultura Familiar, definido pela FAO, para que de fato este ano a agricultura familiar tenha espaço no seu papel de produzir alimentos para o nosso povo.

Sempre temos um ditado, pode faltar muita coisa na vida de uma pessoa, mas não pode faltar o alimento, a comida. E nós precisamos valorizar quem está lá na roça, neste sol de janeiro, neste calor, produzindo para não faltar alimento na prateleira do supermercado, para a nossa população brasileira consumir.

Então, esse reconhecimento também por essa luta, essa caminhada dos agricultores, o desafio para agregar valor, gerar emprego, gerar renda, especialmente produzir alimentos para as nossas crianças nas escolas.

E poderíamos aproveitar, sr. governador, para acabar com a terceirização da alimentação escolar, pois isso geraria muitas oportunidades e, com certeza, o reconhecimento da nossa agricultura familiar poder entregar os alimentos para as nossas escolas estaduais.

Hoje se entrega alimentos para as escolas municipais, mas os agricultores não têm essa mesma oportunidade de fazer essa entrega na alimentação escolar, nas escolas estaduais do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima.

Antes de conceder a palavra a v.exa., esta Presidência registra a presença nesta Casa, aqui de Florianópolis, do vereador Tiago Silva.

Seja bem-vindo!

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, com a licença do deputado Reno Caramori, que é o mais velho integrante da comissão e a quem cabe regimentalmente este chamamento, gostaria de lembrar aos parlamentares Carlos Chiodini, Moacir Sopelsa, Dirceu Dresch, Marcos Vieira e Darci de Matos que o deputado Reno Caramori se dispôs a instalarmos agora a CPI das Águas. Ela precisa finalmente ser instalada, e pedimos aos parlamentares que se apresentem e estejam aqui conosco.

Se me permite ainda, sr. presidente, saúdo as minhas colegas de categoria, como técnica de enfermagem que sou, pois já trabalhei no Hospital de Caridade e conheço aquela realidade, sei da luta que estão travando. Sejam bem-vindas aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o pessoal do Hospital de Caridade, o pessoal da Saúde. Eu também sou médico, formei-me na Universidade Federal e estudei no Hospital de Caridade.

É uma pena ver o hospital, os trabalhadores nessas condições. É mais um motivo para aprovar aqui o projeto de lei de redução do duodécimo, que é o orçamento de todos os Poderes e que está em debate nesta Casa. Em 2013, teríamos o equivalente a R\$ 320 milhões para aplicar nos hospitais de Santa Catarina.

Portanto, sejam bem-vindos, porque aqui é a Casa, é o Parlamento deste debate.

Ontem disse nesta Casa, presidente deputado Padre Pedro Baldissera, que falaria hoje sobre a questão do Ministério Público. E estou aqui com o processo de dispensa de licitação do prédio da rua Bocaiúva.

Estou aqui e ainda não consegui analisar toda a Ação Civil Pública n. 23.12072772/3 proposta pelo Ministério Público, que é uma ação civil de crime ambiental naquele terreno, que o próprio Ministério Público abriu. Mas não vou falar disso hoje. Resolvi mudar um pouco, em decorrência da mudança e de algumas contrainformações que houve no *site* do Conselho Nacional de Justiça, deputado Reno Caramori, porque além da CPI das Águas, que a deputada Angela Albino tem encaminhado e discutido, e eu assinei, estamos pedindo a CPI do Ministério Público para apurar essas questões, porque por incrível que pareça nessa ação ambiental que eu não tinha notado ainda, deputado Valmir Comin, líder do PP, o acordo do Tribunal de Justiça foi no dia 7 de fevereiro, ou seja, na semana passada.

No entanto, o Ministério Público fez um depósito de R\$ 30 milhões no dia 19 de dezembro. Esse juiz não faz esse acórdão dando um milhão de luta para a empresa? Como ficaria a situação?

Então, isso é apenas parte. Porém, com a posição do Conselho Nacional do Ministério Público que tomou na segunda-feira estabelecendo por unanimidade a tirar de uma comissão processante para investigar Santa Catarina, deputado Gilmar Knaesel, estava no *site* na segunda-feira e na terça-feira sumiu. Aí apareceu lá: erramos. Porém, com uma justificativa que não convencia, deixava dúvida informação.

Ontem mesmo mantive contato com o conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior, que é quem tem me recebido em Brasília nas interlocuções que tenho feito. Ele disse-me: "Deputado, vou verificar, porque isso nunca aconteceu aqui." Aí ele me liga ontem, às 23h, dizendo: "Deputado, está indo para o ar o áudio e a gravação da sessão, porque veio alguém de Santa Catarina aqui que falou com não sei quem que no *site* mudaram o conteúdo da sessão.

Tentamos verificar, mas nessa hora não adianta achar culpado.”

Então, a comissão está instalada.

Gostaria de solicitar à assessoria que colocasse o vídeo de seis minutos do conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior, com parte do Conselho Nacional de Justiça.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Então, para que não haja mais dúvidas em relação a isso, está aí a posição por unanimidade do Conselho Nacional do Ministério Público. Isso que eu ainda não encaminhei ação civil pública, que estarei encaminhando também, porque acho que temos que esclarecer todos esses fatos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Parece-me que é oportuno deixar bem claro e evidenciado, com a compreensão do deputado Jailson Lima, para que não pareça dúvida de que uma CPI proposta é uma coisa e CPI protocolada é outra. Para haver protocolo de pedido de CPI há que ter no mínimo 14 assinaturas, que até agora eu desconheço.

Então, só para ficar bem claro, existe uma proposta aventada de criação de CPI. Não há protocolo, porque para haver o protocolo há que ter 14 assinaturas. E sinceramente o que deu a entender no vídeo apresentado é que essa CPI teria sido proposta. Ela não foi protocolada. Não existe CPI e também não existem assinaturas até agora.

Então, só para deixar claro, na nossa concepção, não existe CPI protocolada sem as 14 assinaturas. Ela é uma intenção do deputado Jailson Lima, que eu respeito, mas, para ficar claro, ela ainda não existe.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, primeiramente, gostaria de esclarecer que o pessoal da Saúde que está presente neste plenário trabalha no Hospital de Caridade.

Tivemos também a informação de que a Justiça está determinando aos trabalhadores do Hospital de Caridade a manter 80% do atendimento, e parece que não existia 80% de atendimento nem antes da greve, porque o hospital não está funcionando direito.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edson Andrino, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Sr. presidente, gostaria de fazer referência aos funcionários do Hospital de Caridade, provavelmente o primeiro hospital do estado, que tem uma bela história de atendimento à população não apenas da capital, mas de toda Santa Catarina.

Quanto a essa greve, espero que se chegue a um denominador comum, que os funcionários possam ser atendidos nas suas reivindicações, porque tenho certeza de que o serviço prestado pelo hospital é muito importante para a população catarinense.

Tive a oportunidade, quando fui prefeito, sr. presidente, de fazer o levantamento do acervo histórico do hospital. V.Exa. não tem ideia da importância que teve esse hospital para a colonização e a história da capital dos catarinenses.

Por isso, quero cumprimentar todos os servidores e servidoras. Sei da dificuldade do trabalho de vocês, das suas reclamações e das suas

reivindicações no que diz respeito à questão salarial.

Mas, sr. presidente, volto à tribuna para falar sobre o mesmo assunto: Ministério Público.

É um assunto até desagradável, pois é um Poder que tem uma importância muito grande no Brasil. Eu tenho o maior carinho, o maior respeito pelo Ministério Público, pelos promotores, pelos procuradores.

Eu já disse ontem, mas vou repetir: Em Brasília, por várias vezes houve iniciativas de tirar o poder do Ministério Público, e eu sempre me manifestei e votei contra.

O Ministério Público tem dado exemplo da sua importância, defendendo a justiça, defendendo o cidadão, mas ninguém, neste país, está acima da lei. Ninguém! Ninguém nesta Casa, nem os desembargadores, nem os ministros do Tribunal de Contas, nem o presidente da República. Todos têm que responder pela legislação.

O Ministério Público tem tomado iniciativas importantes, neste país, mas também tem errado, como nós erramos. O Ministério Público é composto nos seus quadros por figuras humanas que acertam e erram.

Eu já assinei a CPI, deputado Gelson Merisio. Não é contra a instituição do Ministério Público, é para investigar um fato que eu considero esquisito.

Fico até perplexo com a história do prédio que se comprou.

Vejam v.exas. que o próprio Ministério Público, o promotor, nas questões ambientais, embargou o desmatamento da área, porque estavam tirando árvores e tinham desviado o curso do riacho que por ali passava. Estabeleceu uma multa, deputada Luciane Carminatti, de R\$ 100 mil para a Floram, porque havia desmatado aquela região. Logo em seguida, quase um ano depois, o Ministério Público fez um acordo judicial com o proprietário do imóvel, com a prefeitura, com a Floram, com a Fatma, fez um acordo e antes de homologar esse acordo o Ministério Público comprou o prédio, o "pseudoprédio", entre aspas, porque não tem

prédio. Ele comprou um prédio que ia ser construído e já adiantou R\$ 30 milhões para a empresa que vai construir, sem o acordo judicial ter sido homologado.

O acordo judicial foi homologado agora, em fevereiro, mas o pagamento já foi feito no ano passado. Alguma coisa está errada.

Todos os anos o Ministério Público vem a esta Casa e faz um relatório de uma série de atos e decisões, iniciativas importantes para Santa Catarina, para a população, para o cumprimento da legislação, do Judiciário. Só que na realidade também está cheio de exemplos em que o Ministério Público errou. E o pior erro do Ministério Público é quando eles não denunciam. Eles já julgam antecipadamente. Eles já sentenciam.

Quem não se lembra daquela família de São Paulo que era dona de uma escola e foi denunciada pelo Ministério Público por pedofilia. Fecharam a escola! A família praticamente se acabou, ficou traumatizada, com problemas psicológicos, depressão etc.

Depois ficou comprovada, deputada Luciane Carminatti, que a família era inocente. Isso quer dizer que erraram.

Também tem o caso do ministro da Saúde, não lembro o nome, mas denunciaram o ministro por compra de guarda-chuva e por compra de bicicleta. E a *Rede Globo* pegou pesado no caso do ministro da Saúde, detonou a vida do ministro politicamente. Ele era de uma cidade do interior do Paraná e nunca mais se elegeu a nada, porque homem público depende da sua imagem. E o Ministério Público estava errado.

O Ministério Público erra e acerta. O que não pode é execrar as pessoas antes de serem julgadas, porque a pior pena é a execração pública. É muito pior do que qualquer cadeia. Então, primeiro, deixa ser julgado. E não estou aqui defendendo ninguém, se tem culpa ou não, mas todos têm o direito à defesa. E quando assinei essa CPI, quero deixar bem claro, não o fiz como represália a qualquer iniciativa do Ministério Público, não. No ano passado já havia dito, nesta Casa, quando

levantou essa questão o deputado Jailson Lima, que iria assiná-la. E até esperei, já que faz uns três meses, que o Ministério Público viesse explicar a compra desse terreno, desse prédio que não existe ainda. Mas até agora não vi nenhuma explicação, porém se vierem aqui e explicarem, convencerem que não tem irregularidade, retiro a assinatura.

Fui prefeito desta cidade. Se comprasse um prédio ainda não construído ou que viria a ser construído, pagasse R\$ 30 milhões adiantados para fazer a sede da prefeitura, aqui, na capital, não tem sede, sob a alegação de que o prédio era importante, que tinha feito uma tomada de preços, consultado algumas imobiliárias, como ficaria isso?

Tenho 36 anos de mandato e 47 de vida pública, mas apenas respondi a um processo na vida. Sabem por quê? Porque contratei 43 pessoas durante o período eleitoral, como merendeiras, auxiliar de enfermagem para postos de saúde que inaugurei e que tinha que fazer funcionar. E depois quando saí da prefeitura acabei recebendo um processo porque não poderia contratar em período eleitoral. E respondi a esse processo porque virei deputado federal, o foro passou a ser o Supremo. Passaram-se 14 anos em Brasília, e na lista dos processados estava o nome de Edson Andrino por improbidade administrativa.

O povo não sabe o que é improbidade administrativa. Mas você entra no rol de bandidos. Deixei de ser federal, foi arquivado o processo, mas durante 14 anos fiquei preso ali por causa disso.

Eu não estou dizendo com isso que o Ministério Público esteja errado naquilo. O que queremos é o esclarecimento. Esta Casa, a população, quer o esclarecimento, porque ninguém, reafirmo, está acima da lei. Todos têm que responder. Agora, sou contra tirar poderes do Ministério Público. E o que não pode acontecer é julgar, execrar as pessoas antes de terem o direito à defesa, como aquele caso de São Paulo que citei da família proprietária de uma escola.

A excreção pública é pior do que uma cadeia. Por isso, tem que se ter cuidado, pois hoje está nos jornais que tem um prédio aqui ao lado da catedral, que é um estacionamento, e esta cidade precisa disso, que o Ministério Público embargou, e parece que hoje o liberaram temporariamente, porque foi feita uma licitação no período de Carnaval, meio às pressas, cheia de suspeita, mas não sei se tem ou não problema, até pode ter. Mas o Ministério Público embargou o prédio que está sendo construído numa área pública.

Foi feita uma concessão por 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período. E espero que o Ministério questionou a validade, a honestidade da licitação acertadamente. Agora, e o do Ministério Público que nem licitação teve? Então, daqui a pouco vem o promotor aqui ou o procurador e explica para esta Casa, para a população, dizendo que comprou porque é mais barato, por isso e por aquilo.

Agora, quem já administrou a coisa pública, como eu e vários aqui que já foram prefeitos, sabe da dificuldade que é. E às vezes não tem imoralidade, mas tem questão de legalidade. E o prefeito paga um preço caro por às vezes cometer uma ilegalidade que não envolve moralidade.

Então, não estamos aqui para fazer isso a ninguém e muito menos a uma instituição que tem a importância que tem. Não é contra a instituição, mas ela é feita de homens e de pessoas. E as pessoas também erram e têm o direito de no mínimo explicar que não estão erradas.

Por isso, assinei esta CPI e espero que esta Casa, sem nenhum tipo de outra conduta, de outra postura, possa esclarecer junto com o Ministério Público. Quem é que liderou acertadamente o movimento contra a corrupção no estado de Santa Catarina, que teve repercussão em todo o Brasil e no exterior? Foi o filho de um companheiro nosso, Martinho Herculano Guizzo. Seu filho é Promotor de Justiça e liderou, e ainda lidera, o movimento contra a corrupção. E é bom que faça isso.

Então, estamos aqui deputados para que estas coisas sejam colocadas nos seus devidos lugares.

Quero dizer aos deputados e a todos que me ouvem que não é represália por nada, mas vamos apurar, e espero que não tenha nenhum tipo de irregularidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu também não poderia deixar de cumprimentar os funcionários do Hospital de Caridade presentes nesta Casa, pedindo a solidariedade deste Parlamento para intervir na abertura do canal de negociações com aquela entidade.

Quero dizer que o Parlamento é solidário às suas manifestações. São esses funcionários que fazem milagres neste Hospital, para manter esta instituição.

Por isso, é muito importante dizer que é a parte da enfermagem, a parte da copa. Os servidores que atuam neste Hospital vieram aqui pedir solidariedade, e sei que todos nós deputados e deputadas somos solidários a esse movimento, mas com uma preocupação, aqui está uma parte dos funcionários, mas sabemos que o grande problema ainda persiste, por falta de funcionários nesta instituição, principalmente na área de Enfermagem, que são os técnicos e os enfermeiros.

Quero dizer que não é só uma questão salarial, mas é questão que com o que recebem esses funcionários no seu dia a dia é uma humilhação. E esse assédio moral é o mais grave. Por isso eles estão aqui reivindicando.

(Palmas)

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Só quero informar a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Hospital de Caridade e ao Sindicato da Saúde que estão aqui que todos os líderes presentes nesta sessão assinaram em favor que eles possam fazer uso da palavra por dez minutos, depois da Ordem do Dia.

Então, quero informar e dizer que permaneçam no local e que a Assembleia Legislativa democraticamente vai abrir espaço para a manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras do Hospital de Caridade.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como é de costume, logo após a Ordem do Dia estaremos oportunizando para que os trabalhadores possam se manifestar na tribuna desta Casa.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, eu estava vendo a nossa pauta de votação do dia de hoje e não está incluída ainda uma emenda constitucional de autoria do deputado Joares Ponticelli, emenda substitutiva global da comissão de Finanças e Tributação, que regulamenta o Orçamento Impositivo no que diz respeito especialmente ao Orçamento Regionalizado.

Essa matéria não foi votada no final do ano e é necessário a sua inclusão na pauta. Inclusive já conversei com o deputado Joares Ponticelli, que no momento não está presente, porque já vamos iniciar a tramitação na Casa, na comissão de Finanças e Tributação, a questão do Orçamento Regionalizado para este ano, para também o Poder Executivo se adequar à mudança, se ela for aprovada.

Portanto, solicito que essa emenda seja incluída na pauta do dia de hoje, como um dos autores do substitutivo global, para que possamos deliberar. É uma emenda constitucional que trata sobre do Orçamento Impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Gilmar Knaesel, a assessoria já está fazendo a busca da matéria e dentro da possibilidade de haver quórum atenderemos ao seu pedido.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Queria falar também que em nome da bancada do PSDB solidarizo-me com os funcionários da área da Saúde que estão presentes nesta sessão do Hospital de Caridade. Eles são merecedores da nossa atenção. Inclusive já passei por este hospital e sei da qualidade do trabalho profissional que esses servidores prestam a toda sociedade.

Parabéns a todos.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação, agora, sim, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses, trago um assunto que julgo fundamental para Santa Catarina, mas antes de abordar este tema não poderia deixar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, de cumprimentar os trabalhadores presentes da Irmandade Senhor Jesus dos Passos, o imperial Hospital de Caridade. Quero me solidarizar com essa luta, com essa reivindicação de vocês, dizer que assinamos o requerimento em nome da nossa liderança, juntamente com os demais líderes que subscreveram, para que os representantes de vocês possam usar a tribuna para explicitar para Santa Catarina as reivindicações. E colocamos a nossa bancada à disposição para ajudar nas conversações, naquilo que for possível. Então, em nome da nossa

bancada tenham a nossa solidariedade e o nosso apoio.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, trago para esta Casa um assunto extremamente importante para Santa Catarina, que diz respeito direta e indiretamente a todos nós, que é a avicultura catarinense.

(Passa a ler.)

"A avicultura industrial brasileira nasceu em território catarinense e vem sendo uma grande marca no estado desde o final dos anos 60. O sistema busca levar tecnologia de genética, produção, manejo e além de tudo, oportunidade para o produtor rural.

Santa Catarina já foi o maior produtor e exportador de frango do Brasil. Entretanto, esse posto já não pertence mais a nós catarinenses. Hoje a liderança nesse setor está nas mãos do estado vizinho, o Paraná e com isso, sofremos uma crise de competitividade que ameaça uma das mais avançadas cadeias produtivas do país.

De acordo com dados da Associação Catarinense de Avicultura, a ACAV, Santa Catarina exporta carnes para mais de 150 países, com destaque para os mercados da Europa, Oriente Médio e Ásia. O estado também é pioneiro na produção e importação de carne de frango.

No entanto, alguns fatores vêm desafiando as atividades do setor, tais como a escassez do milho, a falta de mão de obra, o alto custo da produção e também os incentivos fiscais oferecidos por outros estados, como o Paraná e o Rio Grande do Sul.

Então, vemos aí uma questão a ser analisada, a ser trabalhada, na questão dos incentivos fiscais.

Os efeitos resultantes do impacto dessas questões já se fazem notável. Embora a participação de Santa Catarina no abate de frango de corte no Brasil seja sim relevante, (representa 17,63%), o estado sofreu uma retração de 10% na produção e de 9% na exportação em 2012. Houve também outra redução de 7,75% nas vendas externas em 2013. O motivo? Paraná e o centro-oeste

brasileiro estão atraindo os investimentos em novas plantas industriais.

Atualmente a cadeia produtiva da avicultura tem mais de 10 mil avicultores produzindo e empregando diretamente, 40 mil pessoas. Indiretamente esse número sobe para 100 mil pessoas empregadas.

Apesar desse cenário de potencialidades, outras questões também preocupam e de certa forma prejudicam a produção, como o sistema rodoviário catarinense. Esse sistema se encontra extremamente debilitado porque as rodovias vicinais, estaduais e também as federais se encontram em péssimo estado. Todos nós sabemos disso.

Infraestrutura ferroviária é outra necessidade urgente. O oeste catarinense importa perto de três milhões de toneladas ao ano em grãos vindos do centro oeste brasileiro. Mais de 50% do custo dos grãos pode ser atribuído à logística. Uma saca de milho que custa R\$ 13,00 no Mato Grosso chega à Santa Catarina custando R\$ 26,00. Também não existem ferrovias ligando o oeste catarinense aos portos, criando gargalos rodoviários e elevando os custos para a entrega dos produtos à mesa do consumidor.

Em todo estado catarinense existem centenas e centenas de agricultores que investem na avicultura, principalmente na região oeste e a situação está bem complicada. Até pouco tempo atrás o avicultor era visto como aquele produtor estabelecido financeiramente, não gerava muita preocupação, era um produtor estruturado. Hoje, no entanto, os altos investimentos exigidos pelas empresas e a baixa remuneração mudaram este cenário. A remuneração estacionou e não tem recebido reajuste há muito tempo.

Para poder fazer todos os investimentos necessários, muitos produtores rurais fazem financiamentos, mas devido à baixa remuneração não conseguem quitar essa dívida. Os que conseguem, precisam agregar outras atividades à lista para poder bancar o aviário. Hoje se estima que 95% dos produtores de aves recebem abaixo do custo da produção.

Uma ação imediata para aliviar esse cenário ruim seria o pagamento mais justo pelo lote de frangos. No entanto, outras ações como já citamos, se fazem necessárias.

Fiz questão de falar sobre o ponto de vista da infraestrutura das agroindústrias para dizer que aquilo é fundamental, mas trazes à tona o sofrimento das famílias dos avicultores, dos agricultores que estão pagando para produzir os alimentos que chegam à mesa dos catarinenses.

O preço dos insumos subiu e o custo para a execução de um lote está muito alto. O endividamento é muito grande, e vemos um cenário de megaprojetos, com altos investimentos e, como já citamos, baixa remuneração.

Além de todos os agravantes já mencionados, hoje, uma das maiores barreiras para o sucesso de um lote é a do serviço prestado pela Celesc. A mortalidade de frangos devido ao sucateamento das redes elétricas é extremamente alta. O fornecimento de energia está prejudicando muitos produtores e desestimulando a atividade.

Está aqui uma nota no jornal e a foto de um produtor que perdeu cinco mil frangos no seu aviário por falta de energia elétrica. Além da baixa remuneração, do sofrimento para a produção dos alimentos, agora essa perda drástica.

Já desestimulado o agricultor desiste e muda de atividade. Mas logo alguém substitui esse que desistiu, e novamente entram no cenário os megaprojetos com altíssimos investimentos realizados muitas vezes através de financiamentos.

Percebe-se uma tática de desestímulo direcionada principalmente àqueles agricultores que estão longe das rodovias, de certa forma privilegiando um pouco, prevalecendo os melhores localizados.

Por isso, fizemos questão de falar das rodovias também. O fortalecimento da nação e também do nosso estado exige uma agricultura pujante, moderna e acessível a todos, ao mesmo tempo permitindo ao agricultor sobreviver e ter a sua renda.

Vejo que precisamos viabilizar metas para manter e melhorar o sistema de produção atual, aperfeiçoando a infraestrutura logística de Santa Catarina através de ferrovias, modernização de portos, recuperação de estradas e manutenção da liderança na produção e exportação. Mas, somado a tudo isso, fundamental mesmo é a valorização do avicultor, sem o qual esta produção não existiria."

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Gilmar Knaesel, v.exa. ponderou em torno da emenda constitucional que trata da questão do Orçamento Impositivo, que v.exa. assina juntamente com o deputado Joares Ponticelli. Na busca feita pela assessoria da Casa, constatou-se que este Parlamento votou, até então, a admissibilidade da matéria, havendo portanto a necessidade de passar pela comissão de Mérito, comissão de Constituição e Justiça. Nós só votamos a admissibilidade, de acordo com o levantamento feito.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, vamos também dar uma olhada nos autos, mas acredito que já esteja mais avançado, já esteja pronto para ir a Plenário para votação do mérito. Mas me proponho a dar mais uma olhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Enquanto há tempo para a Ordem do Dia, a assessoria fará uma nova busca.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL, público que nos assiste.

Saúdo a todos os servidores do Hospital de Caridade. Sejam bem-vindos a esta Casa, vocês que fazem um grande trabalho, que prestam um grande serviço, não só à sociedade catarinense, também a toda sociedade brasileira.

Vocês têm a nossa solidariedade e, na condição de líder e em nome da minha bancada, nos colocamos à disposição para, dentro daquilo que estiver ao nosso alcance, sermos úteis.

Bem-vindos a esta Casa.

(Palmas)

Sr. presidente, antes de iniciar o meu discurso, gostaria de saudar, com muita satisfação, a presença da vereadora Lilian, lá de Meleiro, que hoje ocupa a pasta da Ação Social naquele município. Seja bem-vinda a esta Casa. É uma satisfação tê-la conosco.

Sr. presidente, falo de um assunto recorrente.

(Passa a ler)

“Começamos este ano de 2014 revivendo um velho grave problema: os apagões de energia elétrica, um fantasma bem real que sempre volta a assombrar o país. Tanto que parece não causar tanto impacto quanto causava antes na população, mas que aumenta de forma drástica, cada vez mais, os enormes prejuízos à economia nacional.

O mais recente, que prejudicou a vida de pelo menos seis milhões de brasileiros e causou enormes danos a 11 estados do sul, sudeste e centro-oeste, teria sido causado por um curto-circuito numa linha de transmissão no estado do Tocantins. Autoridades apressaram-se em dizer que não se tratava de problemas com capacidade dos reservatórios das hidrelétricas, como se isso fosse um alívio. Porque, se os reservatórios estivessem com seus níveis reduzidos, o quadro aí seria realmente um caos. Conforme avaliam especialistas no setor energético, problemas com esse curto-circuito revelam que os investimentos são menores do que a necessidade da rede de transmissão e distribuição, resultado de anos sem investimentos adequados.

Por isso, equipamentos antigos, às vezes sem manutenção adequada, não suportam o forte aumento do consumo. De 2000 para cá, o uso de energia pelos brasileiros subiu 35%.

Por inúmeras vezes, temos insistido na necessidade urgente de ser adotado um novo modal energético que libere o país dessa condição de

refém de um único sistema - o hidrelétrico, sujeito ao bom humor da natureza, mesmo que o problema no momento seja o da precariedade do sistema de transmissão e distribuição de energia que teria levado a alto curto-circuito, conforme especialistas na área. É oportuno que voltemos a enfatizar a necessidade premente de aproveitar o grande potencial do nosso carvão mineral, pois não podemos depender apenas das hidrelétricas.

Para se ter uma ideia do quanto as termelétricas são necessárias, basta dizer que elas formam o plano "b" sempre que as chuvas se tornam escassas e se vislumbra o risco de apagão. Há um ano houve queda na capacidade dos reservatórios o que levou o governo a voltar-se às termelétricas, e a operadora nacional do sistema informou que as termelétricas, na oportunidade, trabalharam na sua capacidade máxima de geração para evitar o pior, caso os reservatórios das hidrelétricas voltem cair de nível.

O mais recente apagão precisa servir de alerta, segundo admite a Agência Nacional de Energia, pois só nos últimos três anos o tempo médio que os brasileiros ficaram sem luz subiu para quatro horas. Além dos grandes blecautes, julho de 2001 e 22 de setembro de 2002, houve outros dez apagões, notadamente entre os anos de 2005 e 2013. Levantamento recente do jornal *O Estado de São Paulo* dá conta de que dos seis maiores blecautes ocorridos no mundo desde 1965, a metade, ou seja, 50% ocorreram no Brasil.

O Tribunal de Contas da União decidiu fazer um estudo em 2009 sobre quanto estariam custando ao país esses apagões e chegou à conclusão de um rombo no Tesouro Nacional superior a R\$ 45 bilhões, deputado Kennedy Nunes.

É preciso lembrar que a partir do grande apagão de 2001, o governo federal despertou momentaneamente para a necessidade das termelétricas e determinou a elaboração de um programa preventivo de investimentos voltado a uma rede de usinas termelétricas movidas a gás, carvão e óleo combustível que não dependem do ciclo das águas, seria, conforme o programa, para dar *back-*

up em época de secas, complementando o sistema. Mas esse programa não conseguiu dar a verdadeira dimensão do potencial das termelétricas que ainda vem como apenas plano "b", potencial que tem na região sul do país as suas maiores reservas.

Apenas a título de curiosidade: a primeira usina elétrica instalada no Brasil, em 1833, na cidade de Campos, Rio de Janeiro, era uma termelétrica, surgindo depois as hidrelétricas.

Faço questão, sr. presidente, de ressaltar em voz alta e em alto bom tom de ser reincidente nesta tribuna, justamente porque estamos na verdadeira iminência de um risco de apagão no Brasil. Por mais que o governo federal desminta esta situação o próprio ministro Edison Lobão admitiu que há um risco mínimo, sim.

Imagine se o governo que é o responsável por toda essa situação admite que há um risco mínimo. Qual o risco que estamos correndo? Energia mais cara é aquela que não existe. Temos no subsolo catarinense, paranaense e gaúcho 32 milhões de toneladas de reserva de carvão mineral que poderiam suprir, sr. presidente, durante 50 anos. São 322 mil barris de óleo 4 A que importamos da Nigéria para fazer o *blend* nacional. Isso significa um terço da demanda de consumo do país, que temos aqui no subsolo catarinense e gaúcho.

Poderíamos ter um grande pólo petroquímico gerando dezenas de milhares de oportunidade de emprego e renda ao nosso povo, à nossa gente. Cabe, sim, uma ação política, pois quem faz a pasta é o titular.

Por isso, esperamos, a partir de março, no novo leilão da Eletrobras, a permissão da geração de energia a partir do carvão no sistema integrado nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

O SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Tinha me preparado hoje para tratar de uma PEC que nós apresentamos sobre o ISS aqui em Santa Catarina, mas vou tratar do tema em outro momento, em respeito às pessoas que estão conosco aqui hoje.

Sou da área da Saúde também, sou técnica em enfermagem, aliás, do tempo do Coração de Jesus. E como técnica em enfermagem muitas noites passei no Hospital de Caridade e sei das condições e do papel que os profissionais da área desempenham.

Por isso, sr. presidente, ocupo a tribuna no dia de hoje no intuito de que esta Casa também possa ajudar nas negociações. Sei disso, porque sou sindicalista, muitas greves fiz na vida e sei que muita gente não compreende o quão difícil é fazer uma greve, o ato de coragem que é fazer uma greve. Às vezes até a nossa família não aceita que estejamos lá, mas estamos lutando pelo que acreditamos. Às vezes não é nem pelo que se acredita, às vezes é até para ter direito de pagar nossas contas no final do mês, de mandar nossos filhos para a escola.

Eu tinha convicção de que devia tratar essa conversa num certo patamar, mas estou convicta de que esta Casa deve entrar nesse debate. Uma das pessoas que estava aqui conosco nos disse que a diretora-geral do hospital disse que o que vocês fazem um caminhão de baiano faz. E quero avisar à diretora-geral que isso é crime no Brasil. Nós respeitamos os trabalhadores do Brasil inteiro e também os baianos que muito construíram a riqueza da cidade de onde ela vem inclusive. É bom que ela saiba que sabemos disso.

Portanto, acho que quem usa uma expressão dessa não tem noção do que é segurar a mão de um paciente acamado, dar banho de leito em alguém que já perdeu quilos com a doença, tentar furar uma veia de alguém que já está tão doente que sabemos o quanto dói mais aquele procedimento. Enfim, as pessoas que lidam todos os dias na área da Saúde sabem o que de verdade a imensa dedicação que é preciso para esse ofício. E, portanto, a expressão infeliz que a diretora usou, para meu assombro, numa reunião com os trabalhadores, mostra que de

fato ela não está preparada para fazer esse debate.

Por isso, a Assembleia Legislativa, através da comissão de Trabalho, está consciente do papel que tem na Saúde do estado de Santa Catarina, não só de Florianópolis. A história do Hospital de Caridade se constrói todos os dias não só com diretores-gerais, mas com o que faz a limpeza, com o que trabalha na lavanderia, o auxiliar de enfermagem, enfim, os outros vão passando e indo embora.

Por isso, sabemos que é preciso abrir essa negociação, no sentido de os trabalhadores serem tratados com respeito nessas reuniões. E quero dizer que aqui não vamos tolerar esse tipo de adjetivação para os trabalhadores que todos os dias fazem esse serviço.

Se vocês acharem que esse é o caminho, a Assembleia se dispõe a chamar aqui os dirigentes do Hospital de Caridade. Se vocês acharem que esse é o caminho, a gente se dispõe a ir ao hospital falar com os dirigentes, porque tem muita gente que nem sabe o que o preposto faz.

Duvido que vários integrantes dessa irmandade secular em Florianópolis, que é a Senhor dos Passos, tolere que se fale assim com vocês, como foi relatado para meu assombro aqui. Portanto, manifestamos a nossa solidariedade, apoio e compromisso. Tenho a convicção, por outras batalhas que vi aqui, de que o sindicato de vocês é uma entidade capaz de guiá-los nesse duro momento, que é a conquista de direitos.

Não desistam! Nós construímos história dessa forma. Não existe um direito que tenha sido conquistado em algum lugar do planeta que não seja com luta. Não desistam!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0037/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0038/2014, de

autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0039/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0040/2014, 0041/2014, 0042/2014, 0043/2014, 0044/2014, 0045/2014 e 0046/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0047/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0056/2014, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0057/201, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0058/2014 e 0059/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0060/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0061/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0062/2014, 0063/2014, 0064/2014 e 0065/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0066/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0055/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita ao presidente da Celesc informações referentes à compra do terreno situado no bairro Encantada, município de Garopaba, onde será instalada uma subestação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0004/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, manifestando apoio à prisão e célere averiguação dos fatos e julgamento do prefeito de Coari, e demais membros associados para o fim de exploração sexual de menores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0005/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio à nota oficial da direção nacional do Partido dos Trabalhadores, repudiando declarações do Ministro Gilmar Mendes que colocou em dúvida a solidariedade dos militantes, filiados e simpatizantes do partido.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0009/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à contratação da consultoria Roland Berger.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Como é de praxe nesta Casa, todas às vezes que cidadãos catarinenses solicitam a oportunidade de fazer aqui a sua manifestação, hoje iremos suspender a sessão para ouvir o sr. Pedro Paulo das Chagas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Público Estadual e Privado de Florianópolis e um representante dos trabalhadores do Hospital de Caridade.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Eu quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Governador Celso Ramos, nosso colega de partido, Juliano Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa também deseja boas-vindas ao prefeito.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Neodi Saretta, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, tratarei de dois temas. E o primeiro é sobre a PEC que estamos protocolando e que envolve o ISS dos municípios. Vários parlamentares aqui são ex-prefeitos e sabem melhor que qualquer outro das dificuldades que vivem as arrecadações dos municípios.

Numa pesquisa realizada pelo meu gabinete, identificamos que há no Brasil já de longa data a permissão legal para que a arrecadação de ISS oriunda de cartão de crédito seja feita no município onde a compra ocorreu, deputado Darci de Matos. E, portanto, podemos gerar uma nova fonte de renda para os municípios, que não vai onerar os contribuintes, mas trazendo um reforço de caixa. Quero convidar todos os srs. parlamentares para conhecê-lo devidamente e apresentaremos na Fecam esse projeto.

Hoje, os cartões de crédito são largamente usados em todas as compras. E o nosso projeto vai ao esteio do que já consolidou a jurisprudência do STJ em torno do local da tributação.

O que é que as empresas fazem hoje? Em geral, elas estão sediadas em São Paulo, abrem um escritório meramente informal em algum município pequeno que acaba tendo os benefícios tributários.

Assim, o que estamos propondo aqui nada mais é do que adequar a legislação ao que o STJ já consolidou e que outros estados têm procedido. E os municípios terão acesso a uma nova fonte de renda. Em particular, com os parlamentares que já foram prefeitos gostaria muito de dividir e compartilhar esse projeto de emenda constitucional, pois tenho a convicção que pode incrementar a receita dos pequenos municípios catarinenses.

Também ocupo a tribuna, hoje, para me manifestar um pouco sobre este momento que a Casa vive em torno da discussão do papel do Ministério Público. Tenho convicção de que não protege essa instituição fazermos vistas grossas a eventuais fatos que precisem de nossa análise, como alguns que foram mencionados aqui. Também tenho a convicção de que não protege o Ministério Público deixarmos de cobrar essa instituição que permitiu vazamento de informações de um processo que corre em sigilo de justiça, enfim, não protege o Ministério Público fazermos de conta. Mas esta Casa não pode também tratar o Ministério Público como adversário.

O Ministério Público em particular, para nós da esquerda, muitas vezes foi o único socorro que encontramos contra a arbitrariedade, para garantir direitos fundamentais. Tenho a impressão de que o desejo de todos nós é defender a instituição Ministério Público. E se assim é o nosso desejo, devemos por um lado, claro, não fazer de conta que não vemos o que eventualmente consideramos equivocado e tratar do tema dessa forma, mas não podemos, e tenho convicção que muitas vezes que até a nossa pouca experiência nos leva a cunhar os fatos de uma expressão equivocada, mas não podemos dizer aqui que vamos entrar com uma CPI para investigar o Ministério Público. Não existe investigar o Ministério Público.

Nós devemos investigar fatos que vulnerem essa instituição que é uma conquista do povo brasileiro, que foi consolidado na Constituinte de 1988 exatamente para fortalecê-lo. Assim como na Magistratura tem maus juizes, assim como nos

Parlamentos tem maus parlamentares, como no Executivo tem maus gestores públicos, também no Ministério Público deve ter os seus integrantes que não merecem essa condição. E aí no Judiciário temos que combater o mau juiz; nos Parlamentos, combater o mau parlamentar; na gestão pública, combater o mau gestor; no Ministério Público, combater o mau integrante dessa instância jurídica do país.

Agora, à guisa disso, não também podemos fazer que é o Ministério Público o problema, porque senão estaremos fazendo uma disfunção institucional. E essa preocupação e inquietação temos vivido nos últimos dias.

Concordo que devemos nos debruçar sobre fatos, mas tenho convicção de que precisamos dosar o que falamos, porque sou de carreira jurídica, sou bacharel em Direito e conheço muita gente séria que foi meu colega, que foi minha colega, que estudou muito para virar integrante do Ministério Público, que é correto, que tem a sensação de fazer justiça, que acorda todos os dias com a disposição de fazer justiça. Então, quando falamos Ministério Público, estamos também falando desses. E desses, em particular os que estão na ponta, tenho convicção de que a imensa maioria são pessoas que merecem o nosso respeito, mais do que isso, merecem a proteção institucional da Assembleia Legislativa. Conduzir o debate de forma a parecer que há uma contradição entre a Assembleia Legislativa e o Ministério Público, é para nós um caminho tortuoso, porque é parte da democracia defender os Parlamentos, é parte da democracia defender o Ministério Público, é parte da democracia defender a gestão pública. É esse o equilíbrio que temos que ter.

Eu lamento que no Brasil às vezes vemos os Poderes como uma coisa uniforme. Então, todo político é corrupto e todos que estão aqui são ruins ou todos que estão aqui são bons. Essa forma cartesiana de ver o mundo certamente é equivocada. Na profissão de meu pai tem bons e maus pedreiros, na profissão de meu filho que hoje estuda para ser médico tem bons e maus médicos.

Entre os políticos há bons e maus políticos. No Ministério Público tem bons e maus integrantes. E se esta Casa não tiver o discernimento de separar o que é uma coisa do que é outra, vamos ter muita dificuldade.

Relembro a questão das mulheres, por exemplo, de uma colega que socorremos. Ela é integrante do movimento que está aqui. E fez falta o fato de o estado de Santa Catarina não ter Defensoria Pública à época, aliás, na verdade, continuamos não tendo.

Eu sou do Ministério Público. E as pessoas se referenciam nisso, portanto, a opinião do PCdoB que expresso aqui é de defesa do Ministério Público, e defender o Ministério Público é com a mesma justiça também defender os que agem bem dentro do Ministério Público e ser implacável com quem age mal dentro do Ministério Público. Para nós não pode a pessoa se sobrepôr à instituição, porque senão com tantas críticas, e muitas até justas, sobre as pessoas que têm mandatos, vamos dizer que é tudo ruim. Então, esse é o caminho antidemocrático, porque o caminho da democracia é fortalecer as instituições e atacar os pontos onde achamos que devemos atacar.

Por isso, a decisão do PCdoB sobre a questão envolvendo a CPI do Ministério Público é que não vamos compartilhar de uma CPI que pretenda vulnerar o Ministério Público; se for tratada na perspectiva de ir contra o Ministério Público, não vamos participar. Se a decisão for uma CPI, ao contrário, para defender o Ministério Público, apontando erros, como é o nosso dever constitucional, e como é dever do Ministério Público também apontar os erros desta Casa, certamente seremos coparticipes.

Queremos defender o Ministério Público, e defendê-lo também é apontar os seus erros, é ser intolerante com os seus erros, mas de forma alguma é vulnerar a instituição em si. Essa instituição, para nós do PCdoB, muitas vezes foi porta voz das nossas reivindicações.

Por fim, lamento novamente e peço na tribuna para o deputado Reno Caramori que faça por escrito

a convocação dos membros designados por seus partidos para fazer parte da CPI das Águas.

Hoje, convocamos a imprensa com alegria dizendo que às 14h o presidente, o integrante mais velho da CPI, que na forma regimental preside a primeira reunião, que é o deputado Reno Caramori, que desde cedo está na Casa, instalaria a CPI. Então, convocamos inclusive alguns veículos de comunicação dizendo que finalmente iríamos instalar a CPI das Águas. Mas isso não aconteceu novamente.

Essa CPI desde o mês de agosto do ano passado tramita nesta Casa. Os partidos tiveram tempo para dizer se querem ou não querem que ela se realize. Foi e voltou para a comissão de Constituição e Justiça, foi e voltou para votação em plenário, por isso, não tem cabimento que não se instale essa CPI de uma vez.

Então, peço ao deputado Reno Caramori para fazer por escrito a convocação dos membros designados pelos partidos para compor a CPI das Águas, para que possamos de fato investigar essa tragédia que acontece no município de Palhoça. A empresa Águas de Palhoça, é bom que se lembre, arrecada a título de água e saneamento, mas esse recurso vai para o caixa-geral do município, vai para a folha de pagamento dos servidores.

Portanto, em Palhoça não vamos ter qualquer avanço na calamitosa situação de água e saneamento naquele município, porque com a privatização fraudulenta, e na forma como aconteceu, isto diz o Ministério Público e diz também o Tribunal de Contas da União, a forma fraudulenta como aconteceu lesa o patrimônio do município e, mais do que isso, lesa aqueles munícipes que não têm direito à água e esgoto naquela cidade.

Muito Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de aproveitar a tarde de hoje para fazer

uma rápida reflexão sobre o trabalho feito para a fabricação de um chapéu de palha.

A região do meio-oeste do nosso estado tem sido considerada a capital da produção de trigo, isso num passado mais longínquo. Não sei se ainda hoje a situação é a mesma, talvez ao longo dos anos se tenha perdido um pouco esse capital. Mas o artesanato feito pela palha do trigo era uma tradição do oeste. Desde o princípio da colonização se tem trabalhado muito a questão do artesanato, principalmente no que diz respeito à palha do trigo, mas no decorrer do processo e da história essa atividade foi esquecida pelo tempo.

Antes poderíamos considerar essa atividade como uma renda que respondia às necessidades das famílias para o trabalho do campo, na lida doméstica. E o aprendizado passava de mãe para filha, de mãos em mãos, principalmente se mantinham essa tradição de mãe para filha, desde o plantio do trigo até a escolha das palhas e a forma de trança produzida, que era muito peculiar daquela conjuntura, daquela realidade.

O trigo é colhido apenas uma vez por ano, da mesma forma a palha tem que ter todo um cuidado especial no seu armazenamento, porque tem que servir para a atividade durante o ano todo, para garantir a qualidade daquele produto, daquela palha que serviria para produção de muitos materiais, de muitos objetos.

Claro que teria que ter o local apropriado para o armazenamento e ao mesmo tempo buscar alternativas para fazer com que a umidade não estragasse as palhas armazenadas. Nesse sentido se colocava potinhos com cal no chão, que ajudavam a absorver a umidade que poderia atrapalhar, às vezes, até permitir a proliferação de fungos que viessem deteriorar o material.

O material selecionado pelas artesãs era separado por espessura. Conforme a espessura, a palha era indicada para produzir determinados objetos. Então, as palhas mais finas serviam para produção de flores menores, ou pequenos objetos, enquanto que as palhas mais grossas serviam para

produzir, por exemplo, o chapéu, uma bandeja ou uma flor maior.

Sei que no meio-oeste do nosso estado temos também cooperativas que trabalham, como as Tranças da Terra, que vem historicamente produzindo. No extremo oeste temos as Palhas Mágicas que também produzem artesanato. Mas eu gostaria de fazer uma menção especial que neste domingo estive na comunidade de Sete Figueiras, em Chapecó, que pertence à grande região pastoral de Nova Itabeiraba. Era o dia da padroeira, Nossa Senhora de Lurdes, e celebrei a missa com aquela comunidade. No final da celebração, esse produto, o chapéu, que é produzido naquela comunidade por várias mulheres, foi-me apresentado. É um bonito e importante chapéu que, como bons produtores de uva da nossa região, fizeram questão de me entregar.

Eles pediram que eu trouxesse este chapéu para a Assembleia Legislativa e fizesse uma rápida reflexão sobre a importância do chapéu dentro da nossa agricultura, especialmente o chapéu que é utilizado nos afazeres da roça.

Como é uma comunidade do interior, eu trouxe isto com muito carinho, neste momento, a esta tribuna, fazendo o meu agradecimento àquela comunidade e a todas aquelas mães, sejam elas mais jovens ou da terceira idade, as que eu tenho visto em vários grupos que produzem o artesanato com a palha do trigo.

Que bonito cultivar essa tradição, e tudo isso servindo também de renda para dignificar cada vez mais, qualificar a vida da família, ao mesmo tempo, dando-lhe melhores condições para o seu dia a dia, nas suas atividades.

Então, gostaria de trazer a esta Casa algo sobre essa atividade tão importante na região do meio-oeste, que foi reconhecida como a Capital do Trigo, e que muito ajudou no desenvolvimento econômico do nosso estado e do nosso país.

Então, era esse o registro que queria fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Não há mais oradores inscritos em Explicação
Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a
presente sessão, convoca outra, ordinária, para
amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.